

CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2019

EDITAL Nº 036/2019

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Registro/SP.

UNIDADE REQUISITANTE: Secretarias da Prefeitura Municipal de Registro/SP.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA1

1 - DO PREÂMBULO

1.1. - A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, estabelecida à Rua José Antônio de Campos, 250 - Centro - Registro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 45.685.872/0001-79, através da Senhora Secretária Municipal de Administração, DÉBORA GOETZ ACETO, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br)", objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e Lei nº 8.078, de 1990 do Código de Defesa do Consumidor. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

^l Artig	o 47	c.c.	49	"caput",	ambos	da L	.ei	Complementar	n°	123/2006,	com	redação	dada	pela	Lei	Complementar	r n'
147/20	14																

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-----------------	-------------------



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 04/04/2019, às 09h00min. TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 17/04/2019, às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17/04/2019, às 09h10min.

O processo ficará suspenso para análise das propostas de: 17/04/2019 às 09h10min até a data de início da disputa.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 22/04/2019, às 09h30min.

LOCAL: www.bll.org.br - "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro, Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sextafeira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1032, ou ainda, através do e-mail **elisa.compras@registro.sp.gov.br.**

1.2. - Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **PREGOEIRO** em sentido contrário.

2 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.
- 2.2. O valor total estimado para o certame é de R\$ 70.700,00 (Setenta mil e setecentos reais), conforme estimativa de preços constante nos autos do processo administrativo nº 047/2019.

3 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) ____

3.1 O Pregão,	na forma	Eletrônica	será	realizado	em	sessão	pública,	por me	io da	INTERNET,

____ 2ª (Requerente) ___

_ Visto do Jurídico _



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL (www.bll.org.br).

- **3.2.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Registro, denominado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).
- **3.3.** As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Registro, em www.registro.sp.gov.br; no site da BLL Bolsa de Licitações e Leilões, em www.bll.org.br; ou publicadas no **Diário Oficial do Município diário eletrônico www.registro.sp.gov.br**. As demais condições constam no presente edital, seus anexos e minuta da Ata de Registro de Preços.

4 - REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO - CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

- **5.1.** A presente licitação é destinada <u>exclusivamente</u> à participação de **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, isso, considerando que o valor total da contratação não ultrapassará **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), conforme Artigo 22 da Lei Complementar Municipal 031/2007, e Art. 48 da Lei complementar 147/2014, observados os critérios abaixo descritos.
- **5.2.** Só poderão participar empresas enquadradas como **Microempreendedor Individual (MEI)**, **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** com ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem a todas as exigências constantes deste Edital.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

5.3. - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, assim também, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
- c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer outras formas de constituição em grupo;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- **5.3.1.** As alíneas "a" e "b" do subitem **5.3.** encontram amparo na **SÚMULA Nº 51.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.
- 5.4. A participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.
- **5.5.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas **MEI**, **ME** ou **EPP** que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (**Bolsa de Licitações e Leilões**).
- **5.6.** O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, em tempo hábil, antes do horário fixado no edital para o encerramento de recebimento das propostas.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- 5.7. O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- **5.8.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema **www.bll.org.br**, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- 5.9. As microempresas ou empresas de pequeno porte, para o tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, além da apresentação do TERMO DE OPÇÃO conforme modelo constante do ANEXO III, deverão quando do cadastramento da proposta inicial de preços a ser digitado no sistema, <u>informar no campo próprio sua</u> condição como empresa (ME ou EPP).

6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. - O certame será conduzido pelo **PREGOEIRO**, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das Leis aplicáveis a matéria.

7 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BLL

- **7.1.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BLL Bolsa de Licitações e Leilões**, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- **7.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- 7.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL
 Bolsa de Licitações e Leilões.
- **7.4.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.5.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8 – PARTICIPAÇÃO

- **8.1.** A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
- **8.2.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 8.3. <u>É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer</u> da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.

Dubrico 18 (Cogratório do Administração)	28 (Baguaranta)	Viata da Jurídias
Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **8.3.1.** A desclassificação de que trata o subitem anterior, não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos, e esses terem sidos anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.
- 8.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no <u>sistema operacional</u>, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600 e 3097-4611, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail <u>contato@bll.org.br</u>.

9 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **9.1.** A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização do contrato se dar na forma do § 4º do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- **9.1.1.** As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas.
- **9.1.2.** A Contratada/Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos.
- 9.2. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **10.1.** As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) sob a(s) classificação(ões) funcional(is) programática(s) e categoria econômica abaixo discriminadas: 3.3.90.39.
- **10.2.** A ficha orçamentária será indicada conforme disponibilidade da Secretaria requisitante.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

11 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

- **11.1.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- 11.2. A pretensão referida no **subitem 11.1**. será formalizada por meio de requerimento endereçado à **Secretaria Municipal de Administração**, o qual deverá ser encaminhado **preferencialmente** através do e-mail **elisa.compras@registro.sp.gov.br**; <u>ou</u> protocolado na **Secretaria Municipal de Administração**, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min; <u>ou</u> ainda, através do site da BLL Bolsa de Licitações e Leilões, em www.bll.org.br.
- **11.3.** As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. O telefone para contato é **(13) 3828-1032**.
- **11.4.** Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do **PREGÃO** dando-se ciência aos demais licitantes.
- **11.5.** A resposta será encaminhada ao interessado pelo mesmo meio da apresentação do seu pedido.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. - Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **12.2.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- **12.3.** As medidas referidas no **subitem 12.2.** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à **Secretaria Municipal de Administração**, o qual deverá ser encaminhado **preferencialmente** através do e-mail **elisa.compras@registro.sp.gov.br**; <u>ou</u> protocolado na **Secretaria Municipal de Administração**, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro Registro/SP, CEP 119000-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min; <u>ou</u> ainda, através do site da BLL Bolsa de Licitações e Leilões, em <u>www.bll.org.br</u>.
- **12.4.** A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do **PREGÃO**.
- **12.5.** O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação do ato convocatório do **PREGÃO**, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas.

13 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- **13.1.** O registro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições editalícias, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de entrega, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.
- 13.1.1. A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus ANEXOS, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus ANEXOS, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
	2 (Noquoronito)	violo do daridido



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- 13.1.2. Cabe à licitante se inteirar dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre o fornecimento do item, e quaisquer dificuldades decorrentes da localização geográfica.
- **13.2.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 13.3. No preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser informada no campo próprio a ESPECIFICAÇÃO, MARCA e MODELO do produto ofertado de maneira a demonstrar que o produto ofertado atende as especificações exigidas no Termo de Referência deste edital, de forma clara e sem abreviatura, contendo preços unitários e totais para os produtos ofertados, com aproximação de no máximo 02 (duas) casas decimais. A não inserção destes arquivos ou informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- **13.3.1.** O campo "marca", deverá ser preenchido com a "marca" do item cotado ou "marca própria", <u>sendo vedada a identificação do participante.</u>
- **13.3.2.** A cotação de **duas marcas ou dois modelos** para o mesmo item ou opcional de marcas, acarretará na **desclassificação** do licitante para o item.
- **13.4.** A licitante deverá **ANEXAR** à sua proposta eletrônica: catálogo, manual técnico, prospecto, folder, folheto e/ou cópia da página do site do fabricante do produto ofertado, compatível(is) e adequado(s) à especificação, em português ou traduzidos, devendo este(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao descrito no **ANEXO I** do Edital.
- **13.4.1.** Estes documentos são complementares à proposta, e permitem a análise técnica do produto e sua compatibilidade com as especificações solicitadas.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **13.4.2.** Não serão aceitos o simples envio de imagens ilustrativas, sem informações complementares, ou contendo somente o descritivo fornecido no Edital.
- 13.4.3. Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar o catálogo solicitado, ou apresentá-lo de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.
- **13.5.** Não será obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens, podendo a licitante apresentar proposta somente para os itens de seu interesse, não sendo admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- **13.6.** Para o preenchimento da proposta eletrônica deverão ser observados os critérios estabelecidos no **item 17.**
- **13.6.1.** O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações mínimas contidas no **ANEXO I.**
- **13.7.** A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- **13.8.** O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação do item e/ou proposta.
- 13.9. A proposta escrita (conforme ANEXO II) deverá ser apresentada somente pelo detentor da melhor proposta, <u>com os valores finais readequados.</u>

14 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

14.1. - As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço **www.bll.org.br** na opção "licitações – cadastro de proposta", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previsto no preâmbulo para abertura da sessão pública.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente) 1	Visto do Jurídico
` ,	,	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **14.2.** O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na folha de rosto.
- **14.3.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- **14.4. -** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- **14.5.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

15 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **15.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- **15.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- **15.3. -** Os lances deverão ser formulados sobre o **VALOR UNITÁRIO**, distintos e decrescentes. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **15.3.1.** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao seu último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **15.4.** Se ocorrer dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **15.5.** Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela Municipalidade.
- 15.6. O descumprimento no disposto no subitem anterior implicará a não contratação.
- **15.7.** Fica a critério do **PREGOEIRO** a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- **15.8.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará o autor dos lances</u> aos demais participantes.
- **15.9.** No caso de desconexão com o **PREGOEIRO**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na forma eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o **PREGOEIRO**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- **15.10.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, através de comunicado que será disponibilizado no acesso público juntamente com o edital.
- 15.11. Serão disponibilizados os 2 (dois) itens de uma só vez, em tempo livre de disputa de 10 (dez) minutos, após, será emitido aviso denominado pré-randômico, com duração de 05 (cinco) minutos.
- **15.11.1. -** Transcorrido este prazo, o sistema dará início ao **tempo randômico** de até **30 (trinta) minutos**. A sessão será automaticamente encerrada.

Rubrica 1ª (Se	ecretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
•	· , ————	- , ,	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **15.12.** O **PREGOEIRO** poderá encerrar facultativamente a sessão, mediante aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo randômico.
- **15.13 -** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor.
- **15.14.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- **15.15.** As licitantes que deixarem de dar seus lances, terão suas propostas analisadas pelo **PREGOEIRO**, para verificar se estão em conformidade com os preços e custos estimados para a contratação.

16 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 16.1. Para julgamento será adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM.
- **16.2.** Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar n°123/2006, serão observados os seguintes procedimentos:
- **16.2.1.** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

em seu favor o objeto do pregão;

- b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 16.2.1., o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";
- c) N\u00e3o sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da al\u00ednea "a" anterior, ser\u00e3o convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificat\u00f3ria, para o exerc\u00edcio do mesmo direito.
- **16.3.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **subitem 16.2.1.**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.
- **16.4.** O **PREGOEIRO** anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 16.5. Os documentos relativos à habilitação (conforme item 18 deste edital) do(s) autor(es) da proposta ou lance de menor preço, deverão ser remetidos VIA E-MAIL para elisa.compras@registro.sp.gov.br, no <u>prazo máximo de 02 (duas) horas,</u> com posterior apresentação dos documentos originais e/ou cópia autenticada. A contagem do prazo de 02 (duas) horas, iniciar-se-á a partir da mensagem via "chat" do PREGOEIRO.
- **16.6.** A não remessa dos documentos que trata o subitem anterior, ou o encaminhamento após o decurso do prazo, ensejará na **INABILITAÇÃO** do licitante e possível aplicação de penalidade.
- **16.6.1. -** Caso o prazo encerre-se após o período de expediente, reiniciar-se-ão no primeiro dia útil subsequente.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **16.7.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o **PREGOEIRO** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nesta etapa o **PREGOEIRO** poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- **16.8.** Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será **ADJUDICADO** ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- **16.9.** O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **16.10.** Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

17 - DA PROPOSTA ESCRITA

- 17.1. A Empresa vencedora deverá apresentar, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS após a etapa de lances e mensagem via "chat" do pregoeiro, a proposta de preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s), datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) única via, em papel timbrado da licitante, elaborada conforme modelo de formulário de proposta ANEXO II, redigida em língua portuguesa, sem rasuras, emendas, borrões, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e assinatura do representante legal da licitante ou pelo procurador (neste caso, devendo ser juntada a procuração).
- **17.1.1.** A soma dos totais (valor unitário multiplicado pela quantidade estimada) de cada item deverá corresponder ao preço total da proposta ofertada na fase de lances.
- 17.1.2. Não serão admitidos valores com mais de duas casas após a vírgula, portanto, os

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

valores poderão sofrer arredondamento, podendo ocorrer pequenos acréscimos ou supressões no valor final.

- 17.1.3. A descrição detalhada dos itens encontra-se no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 17.1.4. <u>Junto com a proposta escrita, deverão ser apresentados os documentos relativos à</u> <u>Habilitação, observando o disposto no item 18 a seguir.</u>
- **17.2.** A proposta escrita deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, sob pena de desclassificação, obrigatoriamente:
 - a) Indicação do item da licitação, devidamente preenchida, contendo preços unitários e totais para os itens ofertados, contendo no final o valor total da proposta, com aproximação de no máximo 02 (duas) casas decimais;
 - b) Preço líquido para pagamento na forma do item 27 deste edital;
 - c) Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
 - d) Indicação de marca e modelo do produto, de acordo com a oferta no sistema eletrônico.
- **17.3.** Não serão admitidas ofertas de produtos que não atendam as especificações mínimas do objeto licitado e contendo mais de uma cotação para o item sob pena de desclassificação.
- **17.4.** A proposta deverá conter, obrigatoriamente, preços líquidos, nestes incluídos todos os custos necessários à fornecimento do produto licitados na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for

Rubrica 1ª (Secretária da	Administraçã	a) 2ª (R	(equerente	\/ic	sto do Jurídico	
itublica i (Occidina da	ı Aummilistiaça	J)	(equererite)	VIS	sio do Julidico .	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- **17.4.1.** Todas as despesas dos profissionais envolvidos na entrega dos produtos são de inteira responsabilidade da contratada.
- **17.5.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação, será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- **17.5.1.** A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.
- **17.6.** Caso haja erro de multiplicação e/ou soma na proposta apresentada, esta será corrigida, considerando os valores unitários como corretos, ato em que o Pregoeiro fará constar na ata de julgamento.
- 17.7. A proposta de preços escrita e documentos de habilitação deverão ser apresentados no seguinte endereço: PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO A/C Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro, Registro SP, CEP 11900-000, em envelope fechado, consignando-se externamente além do nome da(o) proponente, os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO № 026/2019

"ENVELOPE – PROPOSTA DE PREÇOS"

NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

17.8. - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

18 - DA HABILITAÇÃO

18.1. – Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do presente **PREGÃO** são os seguintes:

18.1.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.1.2. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

Rubrica 1ª ((Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Fiscais relativos ao ICM/ICMS inscritos na Dívida Estadual, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, ou certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03 de 13 de Agosto de 2.010 (Procuradoria Geral do Estado Coordenadoria da Dívida Ativa); ou ainda, Certidão de isento emitido pela Receita Estadual;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do "CRF" Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito dentro do prazo de validade;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, com data de validade de no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

18.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante:
- **a.1)** Para empresas que estejam em processo de recuperação judicial, estas deverão apresentar, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme Súmula nº 50 do TCSP.

SÚMULA Nº 50 – "Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital."

18.1.4. - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Termo de opção e Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, conforme modelo do ANEXO III, caso o(a) proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014;
 - a.1) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em Lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
 - a.2.) A falta de apresentação da declaração exigida no subitem 18.1.4 alínea "a" ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.
- b) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que a(o) proponente cumpre os requisitos de habilitação, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei. Conforme modelo do ANEXO IV;
- c) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição

Rubrica	1ª (Secretária	da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico	
	`	, ,	. ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Conforme modelo do **ANEXO V**;

- d) Declaração da licitante elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera do Governo. Conforme modelo do ANEXO VI;
- e) Declaração da licitante elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação. Conforme modelo do ANEXO VII;
- f) Indicação do responsável ou responsáveis que assinarão a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador o instrumento de mandato. Conforme modelo do ANEXO VIII.
- g) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público municipal da ativa. Conforme modelo do ANEXO IX.

18.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **18.2.1.** Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- **18.2.2.** A aceitação dos documentos obtidos via Internet, ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.
- **18.2.3.** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo.
- **18.2.4.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente) 1	Visto do Jurídico
` ,	,	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

18.2.5. - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores

à data da abertura da sessão pública virtual.

18.2.6. - Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados

sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.

18.2.7. - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com

CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial,

exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente

emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da

empresa.

18.2.8. - A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão

acarretará a INABILITAÇÃO do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade

fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o

disposto no subitem 18.2.10. deste edital.

18.2.9. - O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos

sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este

meio eletrônico, devendo para todos os fins, constar as chaves de autenticação para que se possa

verificar a autenticidade dos mesmos.

18.2.10. - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste

certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de

regularidade fiscal e ou trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.2.10.1. - Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e ou trabalhista, à

microempresa ou empresa de pequeno porte será concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis

contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para

Rubilca i (Secretaria da Administração) — 2º (Requerente) — visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec	cretária da Administraçã	o) 2ª (Requer	rente) Visto do Jurídico	
--	-----------------	--------------------------	---------------	--------------------------	--



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, sendo este prazo prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo **PREGOEIRO**.

- **18.2.10.2.** A não regularização fiscal e ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02 ou revogar a licitação (LC nº 123/06, art. 43, § 2º).
- 18.3. No mesmo prazo previsto no subitem 17.1. (05 dias úteis), a empresa vencedora também deverá apresentar no mesmo envelope da proposta de preços, os documentos relativos à habilitação enviados por e-mail (elisa.compras@registro.sp.gov.br), em originais ou cópias autenticadas, sob pena de inabilitação.
- **18.4.** Não serão aceitos documentos divergentes dos apresentados eletronicamente (via e-mail) ou via fax, exceto os documentos de ME ou EPP, que poderão ser atualizados conforme previsão legal (*LC* 123/06 e 147/2014).

19 - DOS RECURSOS

- **19.1. -** Não serão reconhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 19.2. Após o recebimento das documentações (proposta e habilitação) dentro do prazo estipulado neste edital, o **PREGOEIRO** informará via "chat" a data de abertura de manifestações de recursos para o proponente que desejar recorrer contra as decisões. Os proponentes poderão fazê-lo no prazo de 15 (quinze) minutos, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do

Rubrica 1ª (Secretária da	Administraçã	a) 2ª (R	(equerente	\/ic	sto do Jurídico	
itublica i (Occidina da	ı Aummilistiaça	J)	(equererite)	VIS	sio do Julidico .	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- **19.3.** Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- **19.4. -** O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **19.5.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- **19.6.** Os memoriais e as contrarrazões de recurso, devidamente assinados e digitalizados, preferencialmente em arquivo PDF, deverão ser encaminhados através do e-mail **elisa.compras@registro.sp.gov.br.**

20 - DA ADJUDICAÇÃO

- **20.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do(a)(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao **PREGOEIRO** adjudicar o(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).
- **20.2.** Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s) a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).

21 - HOMOLOGAÇÃO

- 21.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- 21.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do(a)(s)

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

proponente(s) adjudicatário(a)(s) para assinar a **Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação**, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

22 - DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS/CONTRATAÇÃO

- **22.1.** Os itens objeto deste **PREGÃO** serão registrados em Ata de Registro de Preços e contratados consoante as regras próprias do Sistema. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá a Administração convocar o outro proponente classificado, observada a ordem da classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços **nas mesmas condições de sua oferta**, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.
- **22.1.2.** No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação que estará sujeito à remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme Instrução nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- **22.2.** Será enviada a Ata de Registro de Preços, Termo de Ciência e Notificação (conforme Minutas constantes no **ANEXO XIII e ANEXO XIV** respectivamente), em formato PDF, à proponente adjudicatária através do e-mail contido no cadastro de dados do Sistema da BLL Bolsa de Licitações e Leilões.
- **22.2.1.** A Ata de Registro de Preços, Termo de Ciência e Notificação deverão ser impressos em **03 (três) vias de igual conteúdo**, rubricadas em todas as suas páginas, com exceção da última, que deverá ser assinada pelo representante legal indicado.
- 22.2.2. Após assinatura, a Ata de Registro de Preços, Termo de Ciência e Notificação e A.I.S. deverão ser postados via Correios, através de carta registrada, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento do e-mail. O endereço para postagem é: Prefeitura Municipal de Registro Secretaria Municipal de Administração Seção Técnica de Compras e Licitações Rua José Antônio de Campos nº 250 Centro CEP: 11.900-000 Registro/SP.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **22.2.2.1** O prazo para postagem poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- **22.2.2.2.** Este prazo refere-se somente à postagem, excluindo o prazo de entrega da correspondência, já que este varia conforme a região em que está sediada a empresa.
- **22.2.3.** A Prefeitura Municipal de Registro, por sua vez, colherá as assinaturas restantes, e, após, enviará a via da Detentora da Ata para o endereço indicado.
- **22.2.4.** O não envio da Ata de Registro de Preço à Prefeitura Municipal de Registro dentro do prazo estabelecido ensejará na aplicação das penalidades previstas neste edital como recusa injustificada para assinatura.
- **22.2.5.** Alegações como extravio deverão ser comprovadas através do A.R. emitido pela agência dos Correios.
- 22.3. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços e para as eventuais contratações, a Detentora da Ata deverá estar regular perante à Previdência Social e FGTS, podendo, para tanto, a Administração verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.
- 22.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da emissão da nota de empenho.
- **22.5.** As Notas de Empenhos serão enviadas pelas Secretarias interessadas à Detentora da Ata por e-mail, caso haja interesse na retirada das Notas de Empenhos originais, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes e retirar na Secretaria solicitante.
- **22.6.** A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato ou aceitar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

descumprimento total da obrigação assumida por parte do proponente adjudicatário, sujeitando-os às sanções previstas no **item 31 e subitens**.

- **22.7.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **22.7.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **22.7.2. -** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá:
- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **22.7.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** poderá:
- **a)** Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93;
- b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,	, ,	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **22.7.4.** Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá proceder à revogação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **22.7.5.** A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

23 – DA VIGÊNCIA

23.1. - O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de Preços, durante o qual o ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

24 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA

24.1. – A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações e exigências constantes no **ANEXO I – Termo de Referência**, proposta e catálogo apresentados. Caso os produtos não se encontrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos, qualidade e/ou quantidades inferiores, fica a cargo da **Secretaria** solicitante solicitar a troca. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo de 05 (cinco) dias corridos. Correm por

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

conta da **CONTRATADA** as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.

- **24.1.1.** As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) solicitante(s) e a(s) entrega(s) poderá(ão) ser realizada(s) integralmente ou parcialmente, conforme indicação desta(s).
- **24.1.2.** O fornecimento do produto, cujo preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial expedida pela Prefeitura Municipal de Registro. As Secretarias requisitantes encaminharão à Detentora da Ata, as notas de empenho/notas de empenho parciais.
- **24.2.** Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem indicados pela municipalidade, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Registro, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
- **24.4.1.** Os produtos deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, no local indicado, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:30 às 16:30 horas.

24.4. - Endereços das Secretarias:

Secretaria Municipal de Administração	Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro - CEP 11900-000 - Registro SP. Tel. (13) 3828-1000.	
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração	Av. H. Matsuzawa, nº 875 – Vila Ribeirópolis – CEP: 11.900-000 – Registro/SP.	
Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua José Antônio de Campos, 121 – 1º andar – Centro - CEP 11900- 000 - Registro SP. Tel. (13) 3828-2050	
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	RuaJosé Antônio de Campos, 297, 1º andar - salas 13 e 14, Centro – CEP: 11.900-000 - Registro/SP. Tel. (13) 3828-1000.	
Secretaria Municipal de Cultura	Rua Miguel Aby-Azar, 135 – Centro - CEP 11900-000 - Registro SP. Tel. (13) 3822-4492.	

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente	Av. H. Matsuzawa, nº 875 – Vila Ribeirópolis - CEP 11900-000 - Registro SP. Tel. (13) 3822-5946 / 3822-5947.		
Secretaria Municipal de Educação	Rua Filomena Aby-Azar, nº 93 - Centro Tel. (13) 3822-2898/ (13) 3822-5987 - CEP 11900-000 - Registro SP		
Secretaria Municipal de Esportes	Av. Cecy Teixeira de Melo Almada nº 1055 – Jd. Caiçara –CEP: 11.900-000 - Registro/SP. Tel. (13) 3821-3124/ 3822-5088.		
Secretaria Municipal de Finanças	Rua José Antônio de Campos, nº 297- 3º Andar – Centro - CEP 11900- 000 - Registro SP. Tel. (13) 3828-1015		
Fundo Social de Solidariedade Rua José Antônio de Campos, 121 – 1º andar – Centro Tel. 2050 - CEP 11900-000 - Registro SP			
Gabinete do Prefeito e Dependências	Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro Tel. (13) 3828-1000 - CEP 11900-000 - Registro SP ou Rua H. Matsuzawa, 875 – Vila Ribeirópolis		
Secretaria Municipal de Manutenção e Serviços Municipais	Av. Clara Gianotti de Souza, 1.995 - Vila Romão - CEP 11900-000 - Registro SP. Tel. (13) 3821-6018 / 6019		
Secretaria Municipal de Obras Planejamento	Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro Tel. (13) 3828-1000 - CEP 11900-000 - Registro SP ou Rua H. Matsuzawa, 875 – Vila Ribeirópolis		
Secretaria Municipal de Saúde	Rua São Paulo, 111 - Vila Fátima - CEP 11900-000 - Registro SP. Tel. (13) 3828-4200/ 3828-4201		
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde - Materiais	Av. H. Matsuzawa nº 875 – Vila Ribeirópolis – CEP: 11.900-000 – Registro/SP.		
Secretaria Municipal de Trânsito	Avenida Prefeito Jonas Banks Leite, 996, Centro - CEP 11900-000 - Registro SP. Tel. (13) 3821-4034		

- 24.4.1. O local de entrega poderá ser alterado conforme indicação da Secretaria interessada, que comunicará com antecedência à Contratada.
- **24.5.** A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes na **Planilha de Orçamento ANEXO I** e catálogo apresentado.
- 24.6. A CONTRATADA deverá instalar o equipamento, deixando-o pronto para uso no prazo de até 10 (dez) dias úteis. Neste mesmo período está incluso a obrigação da CONTRATADA em dar treinamento quanto ao funcionamento dos equipamentos (relógio de ponto e

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	- , ,	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

protocolador), aos funcionários indicados pela CONTRATANTE, e após emitir relatório, que deve ser assinado pelos funcionários treinados desta Prefeitura.

- 24.7. O relógio de ponto deve ser entregue lacrado, de forma a bloquear o acesso às memórias do equipamento, para que ninguém tenha acesso à parte interna do equipamento e em caso de violação o mesmo automaticamente deverá entrar em modo de manutenção, sendo possível a reativação somente por técnicos autorizados (e que este procedimento seja possível em campo sem a necessidade de envio do equipamento para o fabricante).
- 24.8. Juntamente com os equipamentos, deverão ser entregues os manuais em português, bem como todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.
- 24.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar um software licenciado para cada equipamento de relógio de ponto eletrônico, pois dependendo da Secretaria ou unidade solicitante, haverá a necessidade de instalação do software para cada equipamento adquirido.
- 24.9.1. A instalação do software se faz necessária pois há Secretarias e Unidades da Prefeitura Municipal de Registro que realizam o controle de ponto de forma independente. Sendo assim, conforme forem sendo realizados os pedidos, os softwares deverão ser instalados conforme a indicação das Secretarias e Unidades solicitantes.

25 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- **25.1 -** Os itens registrados serão recebidos provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital e seus anexos, podendo a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição dos produtos que não estejam devidamente atendendo as exigências do edital, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. Os objetos deverão ser entregues, nos locais e endereços indicados, de acordo com o **item 24** deste Edital.
- 25.1.1. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

edital, superando a fase de fiscalização.

25.2. – Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pelo fornecimento dos produtos, objeto desta licitação, as Secretarias Municipais através dos seus Secretários ou pessoas responsáveis por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos seus fornecimentos, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.

- 25.1.2. Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
 - a) Ordenar à licitante vencedora corrigir quando do fornecimento, ocorrer imperfeições ou desacordos com as especificações e exigências do edital;
 - b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **25.2.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.
- **25.3.** Havendo a necessidade de substituição e/ou complementação dos itens, a Secretaria interessada notificará imediatamente a Detentora da Ata, para que a troca ocorra no prazo máximo de **05 (cinco) dias**. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, assim também como possível aplicação de penalidades.
- **25.3.1.** Caberá à contratada arcar com as despesas de embalagem, frete e despachos inerentes aos itens a serem substituídos.
- **25.4.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	\	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **25.4.1.** A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Finanças. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal ficará aguardando normalização para prosseguimento/pagamento, ou até mesmo devolvida para emissão de novo documento fiscal a ser entregue juntamente com o(s) produto(s) substituído(s).
- **25.5.** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**.
- 25.6. O uso pela PREFEITURA de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a PREFEITURA efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a DETENTORA DA ATA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.
- **25.7.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.
- **25.8.** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o serviço fornecido venha causar a **PREFEITURA OU A TERCEIROS**.
- **25.9.** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.
- 25.10. O recebimento pela PREFEITURA, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a DETENTORA DA ATA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

- **25.11.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- 25.12. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

26 - DA GARANTIA

- **26.1. -** O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- **26.2.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

26.3. - No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor.

- 26.4. A contratada obriga-se a oferecer garantia para os produtos pelo período mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega deles, ressalvados os casos em que estejam especificados no descritivo do item ou que seja estabelecido pela lei, fabricante ou pelo próprio fornecedor, devendo neste último caso, ser especificado o prazo na proposta. A DETENTORA DA ATA obrigar-se-á, ainda, a repassar à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO o prazo de garantia ofertado pelo fabricante dos produtos, caso este seja maior que o prazo mínimo estipulado neste item.
- **26.4.1.** Faculta-se à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, checar junto aos fabricantes, os prazos de garantia dos produtos, constituindo inadimplência contratual o fato de a **DETENTORA DA ATA** oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
- **26.5.** Compreende-se como garantia a manutenção corretiva ou troca do produto (em caso de impossibilidade de manutenção), inclusive com a retirada, devolução e o transporte do produto, a troca de peças, que garanta o seu pleno e original funcionamento, tudo sem custos adicionais à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** nos casos em que comprovadamente não tenham havido mau uso.
- **26.5.1.** A garantia compreenderá, inclusive, os casos em que o produto perca a sua condição originalmente contratada, não decorrente de mau uso, como por exemplo: deformação da estrutura ocasionada pelo transporte.
- **26.6. -** Durante o período da garantia, a mesma deverá ser prestada sem quaisquer ônus à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**.
- **26.7.** A manutenção do objeto, não deverá ultrapassar o período de 30 (trinta) dias. Após este prazo, a **DETENTORA DA ATA** deverá entregar novo produto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

27 - DA FORMA DE PAGAMENTO

27.1. - A nota fiscal/fatura emitida pela Contratada, deverá ser entregue juntamente com os produtos, nos locais a serem indicados pelas requisitantes. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

<u>27.1.1. - A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.</u>

- **27.2.** O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Finanças, e ocorrerão em uma das seguintes datas: 11, 21 ou 30/31, desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **27.2.1.** As datas relacionadas no **subitem 27.2.** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- **27.3.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- **27.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **27.5.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

28 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

28.1. - O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços,

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

29 - DA DISPENSA DE GARANTIA

29.1. - Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

30 - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

30.1. - DOS DIREITOS

30.1.1. - Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

30.2. – DAS OBRIGAÇÕES

- 30.2.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para a confecção dos impressos, bem como fornecer os modelos dos produtos;
- d) Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução da Ata, fixando prazo para a sua correção;
- e) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Trubitica i (decretaria da Administração) 2 (requerente)	visto do suridico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

f) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

30.2.2. - Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:

- a) Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão do fornecimento dos produtos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação.
- c) Disponibilizar para cada relógio de ponto eletrônico um software próprio e sua respectiva licença de uso;
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos itens, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- f) Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da DETENTORA DA ATA.
- g) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- h) Obedecer aos prazos estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e da Ata de Registro de Preços;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- i) Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- j) Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução do serviço;
- k) Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR como inadequados ao fornecimento dos itens;
- Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- m) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- n) A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do
 DETENTOR DA ATA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- o) A Contratada/Detentora da Ata assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços;

31 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

31.1.1. - Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a **DETENTORA DA ATA**, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 31.3. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.
- 31.4. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente a proposta escrita, e/ou documentos de habilitação da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;
- **b)** A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 31.5. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
- **b)** A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 31.6. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, e/ou pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
- a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- **b)** Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 31.7. As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

elide a responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** por danos causados ao **ÓRGÃO**

GERENCIADOR.

31.8. - Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a

Administração aplicar o disposto no subitem 31.1.1. alíneas "c" e/ou "d".

31.9. - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A

penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das

demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face do ÓRGÃO

GERENCIADOR.

31.10. - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa

prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo,

desde que requerido previamente e motivando tal pedido.

31.10.1. - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis

contados da data da intimação do interessado.

31.10.2. - A sanção estabelecida no subitem 31.1.1. alínea "d" é de competência exclusiva do

Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez)

dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua

aplicação.

31.11. - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até 10 (dez) dias da

data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

31.11.1. - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente

descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros

moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

31.11.2. - Na impossibilidade da aplicação do **subitem 31.11.1.** o não pagamento da(s) multa(s)

Rubrica 1º (Secretaria da Administração) 2º (Requerente) Visto do Juridico	Rubrica 1ª (Secretária da Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	--	-----------------	-------------------



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.

31.12. - Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

32 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **32.1. -** O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) N\u00e3o aceitar reduzir o seu pre\u00f3o registrado, na hip\u00f3tese de este se tornar superior \u00e0queles praticados no mercado;
- c) Tiver presentes razões de interesse público.
- **32.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- **32.3. -** O **DETENTOR DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- **32.4.** A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a)	Inexecução parcial ou total do contrato;

Rubrica 1ª (Secretária da	Administraçã	a) 2ª (R	(equerente	\/ic	sto do Jurídico	
itublica i (Occidina da	ı Aummilistiaça	J)	(equererite)	VIS	sio do Julidico .	

CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- b) Inobservância de dispositivos legais;
- c) Dissolução de empresa Contratada;
- d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **32.5.** Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- **32.6.** Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
- a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- **b)** Lentidão do seu cumprimento, levando o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- Atraso injustificado no fornecimento;
- d) Paralisação das entregas, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do **DETENTOR DA ATA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

33 - DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1. - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico
(



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

- **33.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste **PREGÃO**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- **33.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- **33.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.
- **33.5.** (O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO**.
- **33.6.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da(o) proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- **33.7.** O(s) proponente(s) é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO**.
- 33.8. A adjudicação do(s) item(s) deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.
- **33.9.** Ao **PREGOEIRO** ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico

CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

33.10. - Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) do(s) proponente(s)

adjudicatária(o)(s), farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

33.11. - Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO.

com base na legislação vigente.

33.12. - O resultado do presente certame e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis

de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município - Diário Eletrônico - em

www.registro.sp.gov.br e divulgados no site da www.bll.org.br.

33.13. - É de inteira responsabilidade das empresas licitantes o acompanhamento dos

esclarecimentos/adendos/erratas ou quaisquer outras informações acerca da presente licitação,

dos quais serão disponibilizados no site da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões, www.bll.org.br.

33.14. - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

33.15. - O Foro da Comarca de Registro/SP, será o competente para dirimir as controvérsias

advindas do cumprimento da presente licitação.

33.16. - Integram o presente Edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO

PORTE;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL;

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA;

ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO XI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

Registro, 27 de março de 2019.

DÉBORA GOETZ ACETO

Secretária Municipal de Administração

<u>VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA</u>

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. - O objeto do presente termo de referência é o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

2 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. – O objeto que serão contratados deverão satisfazer as especificações mínimas abaixo descritas, e serem fornecidos nas quantidades solicitadas. A Administração Municipal não tem obrigatoriedade de contratar quantidades mínimas, devendo a contratada executar as quantidades contratadas.

3 – ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. – O valor total estimado da contratação é de R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais), conforme sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	052.34.00276 - RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO COM LEITOR DE BIOMÉTRICO DE DIGITAIS , homologado pela Portaria nº 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Deverá possuir display de LED Iluminado com no mínimo duas linhas ou LCD; Teclado numérico com tecla de função para configuração do equipamento, marcação de ponto em caso de problema com a biometria ou coleta de batidas por USB. Memória mínima de 6 milhões de registros ou mais; Impressora térmica de alta resolução com opção de corte parcial ou total do papel através do relógio ou software de comunicação; Bobina para papel térmico comprimento mínimo de 300 metros ou mais; Deverá possuir porta de comunicação Ethernet 10/100 protocolo TCP/IP e USB via pen drive; Fonte de alimentação bivolt automática; Software para tratamento de no mínimo 600 funcionários; Garantia: 12 meses.	UN	36	R\$ 1.880,00	R\$ 67.680,00

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

2	052.34.00277 - RELÓGIO PROTOCOLADOR ELETRÔNICO COM NO-BREAK - Alimentação: Bivolt 110/220V, automática, 60 Hz; Tempo de recarga da bateria: 24 horas (No break); Operação na falta de energia: nobreak acionado pelo operador e desligado automaticamente pelo equipamento após 05 a 99 segundos reativando a cada novo acionamento; Impressões na falta de energia: 4.000 linhas; Tipo de impressor: matricial de impacto, 8 agulhas, bidirecional com caracteres comprimidos; Modo de impressão: automático; Display: alfanumérico de cristal líquido com backlight 2 linhas x 16 caracteres cada; Quantidade de caracteres para impressão: até 104 caracteres divididos em 52 caracteres por linha; Parâmetros programáveis: Hora, Data, Horários de Trabalho, Contador de Operações, Lado de Impressão, Quantidade de Linhas, Mensagens Personalizadas, Tempo de operação do no-break, Senha de Acesso ao Menu; Admite a impressão de uma folha de papel a quatro mm de espessura para envelopes ou várias vias. O tamanho do papel para acionamento deve ter no mínimo 9 cm; Na falta da energia elétrica mantém o último protocolo e a hora atualizada dispensando acertos no retorno da energia, podendo, opcionalmente, ser fornecido com no break; Usuário pode determinar, a qualquer tempo, o número de vias a serem impressas, de 1/1 a 1/9 ou repetição do mesmo número em até 99 impressões com contador de vias (V01, V02); imprime em linha o nome da empresa (até 24 dígitos), data, hora, contador e número de vias.	UN	2	R\$ 1.510,00	R\$ 3.020,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO:			\$ 70.700,00	

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO II - FORMULÁRIO DE MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO 026/2019

NOME DA EMPRESA:				
ENDEREÇO:				
CIDADE:	ES	TADO:		
CNPJ:		_ I.E:	I.M:	
BANCO:	AG:		C/C:	
E-MAIL PESSOAL (REP	RESENTANTE LEGAL):			
E-MAIL INSTITUCIONAL	!		·	

Referente: Pregão Eletrônico nº 026/2019

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, destinada ao REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, de acordo com a necessidade da Prefeitura, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	O52.34.00276 - RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO COM LEITOR DE BIOMÉTRICO DE DIGITAIS, homologado pela Portaria nº 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Deverá possuir display de LED Iluminado com no mínimo duas linhas ou LCD; Teclado numérico com tecla de função para configuração do equipamento, marcação de ponto em caso de problema com a biometria ou coleta de batidas por USB. Memória mínima de 6 milhões de registros ou mais; Impressora térmica de alta resolução com opção de corte parcial ou total do papel através do relógio ou software de comunicação; Bobina para papel térmico comprimento mínimo de 300 metros ou mais; Deverá possuir porta de comunicação Ethernet 10/100 protocolo TCP/IP e USB via pen drive; Fonte de alimentação bivolt automática; Software para tratamento de no mínimo 600 funcionários; Garantia: 12 meses.			UN	36	R\$	R\$

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ - 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000

PROTOCOLADOR ELETRÔNICO COM NO-BREAK - Alimentação: Bivolt 110/220V, automática, 60 Hz; Tempo de recarga da bateria: 24 horas (No break); Operação na falta de energia: nobreak acionado pelo operador e desligado automaticamente pelo equipamento após 05 a 99 segundos reativando a cada novo acionamento; Impressões na falta de energia: 4.000 linhas; Tipo de impressor: matricial de impacto, 8 agulhas, bidirecional com caracteres comprimidos; Modo de impressão: automático; Display: alfanumérico de cristal líquido com backlight 2 linhas x 16 caracteres cada; Quantidade de caracteres para impressão: até 104 caracteres divididos em 52 caracteres por linha; Parâmetros programáveis: Hora, Data, Horários de Trabalho, Contador de Operações, Lado de Impressão, Quantidade de Linhas, Mensagens Personalizadas, Tempo de operação do nobreak, Senha de Acesso ao Menu; Admite a impressão de uma folha de papel a quatro mm de espessura para envelopes ou várias vias. O tamanho do papel para acionamento deve ter no mínimo 9 cm; Na falta da energia elétrica mantém o último protocolo e a hora atualizada dispensando acertos no retorno da energia, podendo, opcionalmente, ser fornecido com no break; Usuário pode determinar, a qualquer tempo, o número de vias a serem impressas, de 1/1 a 1/9 ou repetição do mesmo número em até 99 impressões com contador de vias (V01, V02); imprime em linha o nome da empresa (até 24 dígitos), data, hora, contador e número de vias.	UN 2 R\$ R\$
VALOR TOTAL OFERTADO.	NΨ

	, de	_ de 2019.
	(local e data)	
	(Assinatura do responsável)	_
Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

		(nome	da	empresa),	com	sede	na
	 (ende	•		IPJ sob o nº _			
através de seu repres parágrafos da Lei Comp tratamento diferenciado	entante lega lementar nº 1	l abaixo ass 23, de 15 de	sinado, dezemb	com fundame ero de 2006, ma	nto no ari anifestar a	tigo 3º e sua opção	seus
DECLARA ainda, ser:							
☐ Microempi do artigo 3º da Lei Comp			dos impe	edimentos prev	istos nos i	ncisos do {	§ 4º
☐ Empresa of incisos do § 4º do artigo				nhum dos impe 106.	dimentos p	orevistos n	os
Declaro ainda ter conhe de preferência como cri 026/2019, realizado pela mês não houve o desen- das situações previstas dezembro de 2006 (artig	itério de deso a Prefeitura M quadramento a no artigo 3	empate no p lunicipal de R de sua cond º, § 4º, Incis	rocedime Registro. ição, não sos I a 2	ento licitatório Declaro ainda, o tendo a mesn K, da Lei Com	do Pregão que no de na incorrido	Eletrônio correr do u o em nenh	co nº último umas
Por ser verdade, firmam	os a presente	e sob as pena	ıs da Lei				
	Em	de		de 2019.			
- (assina	atura do respo	onsável pela ¡	oroposta	e carimbo da e	 empresa)		
Rubrica 1ª (Secretária d	a Administração)	2ª ((Requerent	e) Vis	to do Jurídico		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

REFEFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2019

Sr. Pregoeiro,
Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520 / 2002, a empresa (indicação da razão social) cumpre
plenamente os requisitos de habilitação para o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, e assume
inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à sua habilitação.
Em de de 2019.
(assinatura do representante legal e carimbo da empresa)
Pubrica 18 (Secretária da Administração) 28 (Requerente) Vieto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A que se refere o artigo 2º do Decreto nº 42.911, de 6 de março de 1998.

Eu	(nome completo), representante legal da
empresa	
participar no Processo Licitatório nº 047/2019, Pre	∍gão Eletrônico nº 036/2019 , declaro, que não
possuímos no nosso quadro de funcionários, meno	ores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tip	o de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a
partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXX	III, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso
V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alt	erações;
Em de	de 2019.
(assinatura do representante le	gal e carimbo da empresa)
Pubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Pe	equerente) Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 036/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Declaramos a inexistência de fato impeditivo quanto à:

- a) Participação em licitação e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Participação em licitação ou contratação com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

SÚMULA Nº 51 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Declaramos, ainda, ter conhecimento de que a participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as p	enas da Lei.	
Em de	e de 2019.	
(assinatura do repres	entante legal e carimbo da emp	oresa)
Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
PROCESSO N° 036/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Eu	(nome	completo),	Portador(a) da Cart	eira de lo	dentid	ade
n° e do (CPF n°			repres	sentante	legal	da
empresa		_ (nome da	pessoa	jurídica),	declaro	para	os
devidos fins, ter conhecimento e aceit cumprimento das obrigações do objeto	-		ecidas no	Edital ac	ima refe	rido, p	ara
Em	_ de		de 2019				
 (assinatura do re	presentante	legal e carim	nbo da en	 npresa)			
Rubrica 1ª (Secretária da Administração) .	03.4	Danisa		Garage de la C			



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
PROCESSO N° 036/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Eu	(nome compl	leto), Portador(a) da Carteira de
		representante
legal da empresa		(nome da pessoa jurídica), declaro
para os devidos fins, que assi	inarei o Contrato e Termo de 0	Ciência e Notificação referente a
Modalidade de Licitação Pregão	Eletrônico n° 026/2019.	
E-MAIL INSTITUCIONAL:		_
E-MAIL PESSOAL DO REPRES	SENTANTE LEGAL:	
Em .	de de	2019.
	a do representante legal e carimbo	
Rubrica 1ª (Secretária da Administ	ração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA

PROCESSO N° 036/2019 PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

Declaro sob as penas de lei que	e a empresa	, CNPJ nº,
na qualidade de proponente	do procedimento licitatório sup	ora, instaurado pelo Município de
Registro/SP, não possui em seu	ı quadro societário Servidor Públ	ico municipal da ativa.
	LOCAL E DATA	
	LOCAL E DATA	
NOME E /	ASSINATURA DO REPRESENT	— ANTE LEGAL
	CARIMBO DA EMPRESA	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2019

Aos	dias do m	ês de		do ano de	dois mil e dezenove,		
na cidade	na cidade de Registro, Estado de São Paulo, PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, através						
da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO , sito na Rua José Antônio de Campos, 250 –							
Centro -	Registro/SP, representa	da neste at	o pelo PRE	FEITO MUNICIP	AL, Senhor GILSON		
WAGNER	FANTIN, brasileiro, cas	sado, portado	or do RG. r	۰ X.XXX.XXX	- XXX/XX, inscrito no		
CPF/MF so	ob o nº XXX.XXX.XXX-X	XX, residente	e domiciliad	do à Rua XXXXX	(XXXXXXXX, nº XXX,		
XXXXXXX	XXX, neste Município	e Comarca	de Registi	ro, Estado de S	ão Paulo, doravante		
denominad	lo órgão gerencia	DOR, a em	presa:				
sito na			, ins	scrita no Cadastro	Nacional de Pessoas		
	lo Ministério da Fazenda						
neste ato p	or		_, inscrito no	o Cadastro de Pes	ssoas Físicas sob o nº		
	,		(c	cargo que ocu	ıpa na empresa),		
doravante	denominado DETENTO I	R DA ATA; p	ara procede	r, nos termos da L	ei Federal nº 10.520,		
de 17 de j	ulho de 2002, aplicando	-se, subsidia	ariamente, n	o que couberem,	as disposições da Lei		
Federal no	8.666, de 21 de junho	de 1993 , cor	n as alteraçõ	ões posteriores e	Artigos 42, 43, 44, 45		
e 46 da Le	ei Complementar 123, o	de 14 de de	zembro de 2	2006, Lei Comple	ementar nº 147 de 07		
de agosto	de 2014 e Lei nº 8.078	3, de 1990 d	o Código d	e Defesa do Con	sumidor, em face da		
classificaçã	ão das propostas apres	sentadas no	Pregão El	etrônico por Re	gistro de Preços n°		
026/2019,	resultado da licitação e	e homologac	lo pelo Pref	eito Municipal de	Registro, RESOLVE		
registrar os	s preços para a contrata	ção dos itens	conforme c	onsta no ANEXO	I do Edital, que passa		
a fazer par	te integrante desta, tend	o sido, os ref	feridos preço	os, oferecido pela	empresa:		
	-						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VL. UNIT.	VL. TOTAL		
1							
	VALOR TOTAL						
	<u>'</u>						

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) ______ 2ª (Requerente) _____ Visto do Jurídico ____



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE RELÓGIO DE PONTO E RELÓGIO PROTOCOLADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, DESTINADO AO USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, através de Sistema de Registro de Preços (SRP).
- **1.2.** A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização do contrato se dar na forma do § 4° do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- 1.3. As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas. A Contratada/Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro de
Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de Preços
(/
obrigado a contratar os serviços referido na CLÁUSULA PRIMEIRA exclusivamente pelo Sistema
de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem
que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a
Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ac
DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA

- 3.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações e exigências constantes no ANEXO I Termo de Referência, proposta e catálogo apresentados. Caso os produtos não se encontrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos, qualidade e/ou quantidades inferiores, fica a cargo da Secretaria solicitante solicitar a troca. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo de 05 (cinco) dias corridos. Correm por conta da CONTRATADA as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.
- **3.1.1.** As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) solicitante(s) e a(s) entrega(s) poderá(ão) ser realizada(s) integralmente ou parcialmente, conforme indicação desta(s).
- **3.1.2.** O fornecimento do produto, cujo preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial expedida pela Prefeitura Municipal de Registro. As Secretarias requisitantes encaminharão à Detentora da Ata, as notas de empenho/notas de empenho parciais.
- **3.2.** Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem indicados pela municipalidade, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Registro, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
- **3.4.1.** Os produtos deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, no local indicado, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:30 às 16:30 horas.
- 3.4. Endereços das Secretarias:

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

Secretaria Municipal de	Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro - CEP 11900-000 -
Administração	Registro SP. Tel. (13) 3828-1000.
Administração	11000.
Almoxarifado da Secretaria	Av. H. Matsuzawa, nº 875 – Vila Ribeirópolis – CEP: 11.900-000 –
Municipal de Administração	Registro/SP.
Secretaria Municipal de	Rua José Antônio de Campos, 121 – 1º andar – Centro - CEP 11900-
Assistência Social	000 - Registro SP. Tel. (13) 3828-2050
	D / A / A / A / A / A / A / A / A / A /
Secretaria Municipal de Assuntos	·
Jurídicos	CEP: 11.900-000 - Registro/SP. Tel. (13) 3828-1000.
	Rua Miguel Aby-Azar, 135 – Centro - CEP 11900-000 - Registro SP.
Secretaria Municipal de Cultura	
	Tel. (13) 3822-4492.
Secretaria Municipal de	
Desenvolvimento Agrário e Meio	Av. H. Matsuzawa, nº 875 – Vila Ribeirópolis - CEP 11900-000 -
Ambiente	Registro SP. Tel. (13) 3822-5946 / 3822-5947.
Secretaria Municipal de	Rua Filomena Aby-Azar, nº 93 - Centro Tel. (13) 3822-2898/ (13) 3822-
Educação	5987 - CEP 11900-000 - Registro SP
Secretaria Municipal de Esportes	Av. Cecy Teixeira de Melo Almada nº 1055 - Jd. Caiçara -CEP:
Coordina mamerpar de Lepertes	11.900-000 - Registro/SP. Tel. (13) 3821-3124/ 3822-5088.
	Bus losé Antônio de Compos nº 207, 20 Ander Contro CED 11000
Secretaria Municipal de Finanças	Rua José Antônio de Campos, nº 297- 3º Andar – Centro - CEP 11900-
	000 - Registro SP. Tel. (13) 3828-1015
	Rua José Antônio de Campos, 121 – 1º andar – Centro Tel. (13) 3828-
Fundo Social de Solidariedade	2050 - CEP 11900-000 - Registro SP
Gabinete do Prefeito e	Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro Tel. (13) 3828-1000 - CEP
Dependências	11900-000 - Registro SP ou Rua H. Matsuzawa, 875 – Vila Ribeirópolis
Constario Municipal de	
Secretaria Municipal de	Av. Clara Gianotti de Souza, 1.995 - Vila Romão - CEP 11900-000 -
Manutenção e Serviços	Registro SP. Tel. (13) 3821-6018 / 6019
Municipais	, ,
Secretaria Municipal de Obras	Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro Tel. (13) 3828-1000 - CEP
Planejamento	11900-000 - Registro SP ou Rua H. Matsuzawa, 875 – Vila Ribeirópolis
- Ianojamonto	11000 000 Trogiotio of ou true 11. Matouzawa, 070 - vila Ribeliopolis
Corotorio Municipal de Caúda	Rua São Paulo, 111 - Vila Fátima - CEP 11900-000 - Registro SP. Tel.
Secretaria Municipal de Saúde	(13) 3828-4200/ 3828-4201
Almoxarifado da Secretaria	Av. H. Matsuzawa nº 875 – Vila Ribeirópolis – CEP: 11.900-000 –
Municipal de Saúde - Materiais	Registro/SP.
	Avenida Prefeito Jonas Banks Leite, 996, Centro - CEP 11900-000 -
Secretaria Municipal de Trânsito	, ,
	Registro SP. Tel. (13) 3821-4034
	I .

3.4.1. - O local de entrega poderá ser alterado conforme indicação da Secretaria interessada,

Rubrica 1ª (Secretária da	Administraçã	a) 2ª (R	(equerente	\/ic	sto do Jurídico	
itublica i (Occidina da	ı Aummilistiaça	J)	(equererite)	VIS	sio do Julidico .	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

que comunicará com antecedência à Contratada.

- **3.5.** A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes na **Planilha de Orçamento ANEXO I** e catálogo apresentado.
- 3.6. A CONTRATADA deverá instalar o equipamento, deixando-o pronto para uso no prazo de até 10 (dez) dias úteis. Neste mesmo período está incluso a obrigação da CONTRATADA em dar treinamento quanto ao funcionamento dos equipamentos (relógio de ponto e protocolador), aos funcionários indicados pela CONTRATANTE, e após emitir relatório, que deve ser assinado pelos funcionários treinados desta Prefeitura.
- 3.7. O relógio de ponto deve ser entregue lacrado, de forma a bloquear o acesso às memórias do equipamento, para que ninguém tenha acesso à parte interna do equipamento e em caso de violação o mesmo automaticamente deverá entrar em modo de manutenção, sendo possível a reativação somente por técnicos autorizados (e que este procedimento seja possível em campo sem a necessidade de envio do equipamento para o fabricante).
- 3.8. Juntamente com os equipamentos, deverão ser entregues os manuais em português, bem como todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.
- 3.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar um software licenciado para cada equipamento de relógio de ponto eletrônico, pois dependendo da Secretaria ou unidade solicitante, haverá a necessidade de instalação do software para cada equipamento adquirido.
- 3.9.1. A instalação do software se faz necessária pois há Secretarias e Unidades da Prefeitura Municipal de Registro que realizam o controle de ponto de forma independente. Sendo assim, conforme forem sendo realizados os pedidos, os softwares deverão ser instalados conforme a indicação das Secretarias e Unidades solicitantes. software licenciado para cada equipamento de relógio de ponto eletrônico.

Rubrica	1ª (Secretária	da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
	`	, ,	. ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- **4.1 -** Os itens registrados serão recebidos provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital e seus anexos, podendo a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição dos produtos que não estejam devidamente atendendo as exigências do edital, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. Os objetos deverão ser entregues, nos locais e endereços indicados, de acordo com a **CLÁUSULA TERCEIRA** deste Edital.
- **4.1.1.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- **4.2.** Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pelo fornecimento dos produtos, objeto desta licitação, as Secretarias Municipais através dos seus Secretários ou pessoas responsáveis por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos seus fornecimentos, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- **4.1.2.** Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
 - c) Ordenar à licitante vencedora corrigir quando do fornecimento, ocorrer imperfeições ou desacordos com as especificações e exigências do edital;
 - d) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **4.2.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **4.3.** Havendo a necessidade de substituição e/ou complementação dos itens, a Secretaria interessada notificará imediatamente a Detentora da Ata, para que a troca ocorra no prazo máximo de **05 (cinco) dias**. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Precos, assim também como possível aplicação de penalidades.
- **4.3.1.** Caberá à contratada arcar com as despesas de embalagem, frete e despachos inerentes aos itens a serem substituídos.
- **4.4.** Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- **4.4.1.** A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Finanças. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal ficará aguardando normalização para prosseguimento/pagamento, ou até mesmo devolvida para emissão de novo documento fiscal a ser entregue juntamente com o(s) produto(s) substituído(s).
- **4.5.** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**.
- **4.6.** O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.
- **4.7.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
- (= (



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

- **4.8.** O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o serviço fornecido venha causar a **PREFEITURA OU A TERCEIROS**.
- **4.9.** A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.
- **4.10.** O recebimento pela **PREFEITURA**, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- **4.11.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **4.12. -** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:
- **d)** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- e) Na hipótese de substituição, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- f) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

- **5.1.** O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- **5.2.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **5.3. -** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.
- 5.4. A contratada obriga-se a oferecer garantia para os produtos pelo período mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega deles, ressalvados os casos em que estejam especificados no descritivo do item ou que seja estabelecido pela lei, fabricante ou pelo próprio fornecedor, devendo neste último caso, ser especificado o prazo na proposta. A DETENTORA DA ATA obrigar-se-á, ainda, a repassar à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO o prazo de garantia ofertado pelo fabricante dos produtos, caso este seja maior que o prazo mínimo estipulado neste item.
- **5.4.1.** Faculta-se à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, checar junto aos fabricantes, os prazos de garantia dos produtos, constituindo inadimplência contratual o fato de a **DETENTORA DA ATA** oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
- **5.5.** Compreende-se como garantia a manutenção corretiva ou troca do produto (em caso de impossibilidade de manutenção), inclusive com a retirada, devolução e o transporte do produto, a troca de peças, que garanta o seu pleno e original funcionamento, tudo sem custos adicionais à

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO nos casos em que comprovadamente não tenham havido mau uso.

- **5.5.1.** A garantia compreenderá, inclusive, os casos em que o produto perca a sua condição originalmente contratada, não decorrente de mau uso, como por exemplo: deformação da estrutura ocasionada pelo transporte.
- **5.6.** Durante o período da garantia, a mesma deverá ser prestada sem quaisquer ônus à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**.
- **5.7.** A manutenção do objeto, não deverá ultrapassar o período de 30 (trinta) dias. Após este prazo, a **DETENTORA DA ATA** deverá entregar novo produto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. - Após a Fiscalização dos serviços, a Secretaria Municipal de Manutenção de Serviços Municipais entrará em contato com a Contratada para que seja emitida a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser entregue na referida Secretaria. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

6.1.1. - A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.

- **6.2.** O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Finanças, e ocorrerão em uma das seguintes datas: 11, 21 ou 30/31, desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **6.2.1.** As datas relacionadas no **item 6.2.** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **6.3.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- **6.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **6.5.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

- **7.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **7.1.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **7.1.2. -** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:
- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor,

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO poderá:

- a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93;
- b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **7.1.4.** Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá proceder à revogação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **7.1.5.** A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

8.1. - O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. - DOS DIREITOS

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

9.1.1. - Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

9.2. – DAS OBRIGAÇÕES

- 9.2.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços;
- d) Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Acompanhar e fiscalizar os serviços;
- f) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

9.2.2. - Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:

- a) Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão do fornecimento dos produtos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação

over o adequado transporte do objeto da presente ilcitação.				
Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- c) Disponibilizar para cada relógio de ponto eletrônico um software próprio e sua respectiva licença de uso:
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos itens, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- f) Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da DETENTORA DA ATA.
- g) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- h) Obedecer aos prazos estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e da Ata de Registro de Preços;
- i) Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- j) Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução do serviço;
- k) Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR como inadequados ao fornecimento dos itens;
- Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- m) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- n) A Prefeitura n\u00e3o aceitar\u00e1, sob nenhum pretexto, a transfer\u00eancia de responsabilidade do
 DETENTOR DA ATA para outras entidades, sejam fabricantes, t\u00e9cnicos ou quaisquer outros;
- o) A Contratada/Detentora da Ata assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **10.1.** Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- **10.1.1.** Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a **DETENTORA DA ATA**, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:
- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- **b)** Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,	` '	



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 10.2. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.
- 10.3. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente a proposta escrita, e/ou documentos de habilitação da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;
- **b)** A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 10.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Trabilità i (Coorotana da /taliimionagao)		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

- **b)** A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 10.4.1. As mesmas sanções serão aplicadas à adjudicatária que deixar de apresentar os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" do subitem 22.2.2.1 do Edital no prazo estipulado.
- 10.5. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, e/ou pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
- a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- **b)** Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- **10.7.** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** por danos causados ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- **10.6.** Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no **item 10.1.1. alíneas "c"** e/ou **"d".**
- **10.7.** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face do **ÓRGÃO**

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

GERENCIADOR.

- **10.8.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- **10.8.1.** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.
- **10.8.2.** A sanção estabelecida no **item 10.1.1. alínea "d"** é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- **10.9.** O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até **10 (dez) dias** da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- **10.9.1.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- **10.9.2.** Na impossibilidade da aplicação do **item 10.11.1.** o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- **10.10.** Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) ₋	2 ^a (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. O DETENTOR DA ATA terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) N\u00e3o aceitar reduzir o seu pre\u00f3o registrado, na hip\u00f3tese de este se tornar superior \u00e0queles praticados no mercado;
- c) Tiver presentes razões de interesse público.
- **11.2. -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- **11.3.** O **DETENTOR DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- **11.4.** A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- a) Inexecução parcial ou total do contrato;
- b) Inobservância de dispositivos legais;
- c) Dissolução de empresa Contratada;
- d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.5. Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.

11.6. - Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:

- a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- **b)** Lentidão do seu cumprimento, levando o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) Atraso injustificado no fornecimento e execução dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços e das entregas, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do **DETENTOR DA ATA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1. - A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao **Pregão Eletrônico** nº **026/2019** e à proposta da **DETENTORA DA ATA**, fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

13.1. - A p	presente	Ata de	e Registro	de	Preços	somente	terá	eficácia	após	publicada	а	respectiva
súmula na	Imprensa	a Ofici	al.									

Rubrica 1ª (Secretária da Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

SON WAGNER FANTIN feito Municipal Órgão Gerenciador	REPRESENTANTE LEGAL P/ Detentor da Ata
stemunhas:	
me 5.:	Nome R.G.:
<u>VISTO E APROVAD</u>	O PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	
---	-------------------	-------------------	--



CNPJ – 45.685.872/0001-79 Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

ANEXO XI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Atendimento às Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ÓRGÃO GERENCIADOR:
DETENTOR DA ATA:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:
ADVOGADO (S):
Na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR e DETENTOR DA ATA, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.
Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.
Local e data.
ÓRGÃO GERENCIADOR
NOME E CARGO:
ASSINATURA:
DETENTOR DA ATA
NOME E CARGO:
ASSINATURA:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.
Rubrica 1ª (Secretária da Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico